

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

Que sociologias fazemos? Interfaces com contextos locais, nacionais e globais.

26 a 29 de julho de 2017. Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Brasília – DF

Grupo de Trabalho 33: Família, Instituições e Poder

A produção antroponômica para a política: casos no Paraná, Brasil

Autor: Alessandro Cavassin Alves

Professor nas Instituições de ensino: SEED, PR; FASBAM; UNIANDRADE

BRASÍLIA, 2017

A produção antroponômica para a política: casos no Paraná, Brasil

Introdução

“Como uma pessoa se torna o que é, e como se tornará o que será?”

Para responder a essa questão o sociólogo francês Daniel Bertaux, na década de 1970, utilizou do conceito de antroponomia, com o significado de ser a “formação e/ou definição do ser humano de acordo com a classe social em que nasceu” e sendo a “família o lugar principal da produção antroponômica”. E, ao longo do tempo, o autor foi apresentando novas pesquisas e discussões sobre o tema (BERTAUX, 1979; BERTAUX, 2005; BERTAUX & THOMPSON, 2007a; BERTAUX & THOMPSON, 2007b).

Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar a pertinência do conceito de antroponomia como instrumento de análise sociológica e a chamada “produção e distribuição antroponômica” dada pela família, influenciando nas profissões de seus filhos, tudo isso previamente definido pela estrutura de classe, segundo Bertaux. E, a análise de estratégias de produção antroponômica, como o casamento e a educação, o papel da mulher, do gênero, da profissão dos pais, do poder econômico e a genealogia da família, ajudam a compreender o porquê “uma pessoa se torna o que é”.

Sob uma perspectiva histórica, a genealogia da família é uma ferramenta utilizada por Bertaux, ao analisar tanto a árvore genealógica dos proletários, da classe operária, quanto para demonstrar a vitalidade e permanência de grupos políticos e empresariais ao longo dos séculos na França. Diz Bertaux, frente a algumas genealogias francesas: “a árvore genealógica que tenho sob os olhos é muito impressionante” (BERTAUX, 1979, p.286).

O presente texto, entretanto, limita-se a apresentar dois exemplos de produção antroponômica dada pela família para a política, isto é, de dois políticos, atuais deputados estaduais do Paraná, que há gerações suas famílias exercem cargos públicos e eletivos nesse Estado, em especial, observando suas árvores genealógicas. Eles são exemplos concretos da ação da família sobre suas carreiras.

Produção e distribuição antroponômica

No seu clássico livro, *Destinos pessoais e estrutura de classe. Para uma crítica da antroponomia política*, Daniel Bertaux busca “desvendar as estruturas das relações sociais que organizam as trajetórias sociais que, por sua vez, são vividas como destinadas aos seres humanos que as percorrem” (BERTAUX, 1979, p.10-11). Para explicar tal fenômeno social, destaca-se a centralidade da família, como o principal canal para a transmissão de muitos aspectos fundamentais de cultura e identidade das pessoas (BERTAUX & THOMPSON, 2007a).

Para Bertaux foi revelador os dados estatísticos publicados pelo INSEE – *Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques* – francês, sobre a “mobilidade social na França”, realizados entre 1964 a 1970, comparando a profissão dos franceses com a profissão de seus pais, dando uma ideia da relação entre sua origem social e sua posição social atual. E observa que “nossos concidadãos e concidadãs em geral permanecem em suas classes de nascimento, ou pelo menos delas não se distanciam muito salvo exceções pouco numerosas” (BERTAUX, 1979, p.10).

A resposta é obtida através de um cálculo muito simples. Os filhos originários da categoria *executivos de nível superior e profissionais liberais* têm 52% de possibilidades de continuar aí. Os filhos de operários têm 4,5% de possibilidades de chegar até lá. Os primeiros, portanto, têm $52/4,5 = 12$ vezes mais oportunidades de terem acesso a essa categoria que os segundos (*Ibidem*, p.37).

No plano das desigualdades sociais deve-se, igualmente, questionar a ideologia da *meritocracia*, afinal, “ao enfatizar a desigualdade de oportunidades, a ideia meritocrática desvia a atenção do que é essencial: as diferenças estruturais de *condição*, tais como resultam da estrutura de classe” (*Ibidem*, p.45).

Enfim, o que as estatísticas revelam sobre a relação *origem social / posição social* numa geração de franceses adultos são sombras de um imenso processo histórico e social que vai, de geração em geração, ao coração da sociedade.

E um conceito que ajuda a entender isso, é o de *Antroponomia*, que significa a formação e/ou definição do ser humano de acordo com a classe social em que nasceu¹, e que sofre a chamada *produção antroponômica* por parte da família que

¹ Antropo (provém do grego *anthropos*) e exprime a ideia de homem (ser humano) e Nomia (provém do grego *nomos*) e exprime a ideia de normas, regras e leis. Daniel Bertaux, ao que se percebe, busca dar um significado específico para o conceito de *antroponomia*.

pertence e de outras instituições, como a escola, levando a uma *distribuição antroponômica*, que é a distribuição dos seres humanos nos níveis e lugares definidos pela estrutura de classe.

Do ponto de vista sociológico, os seres humanos são *distribuídos* nos diversos níveis sociais definidos pela estrutura social, sua posição social e posição na estrutura de classe. São lugares coletivos dentro da estrutura de classe e não como postos de trabalhos individuais, num *sistema de fluxos coletivos* que alimentam a estrutura de classe. Exemplos: a produção de operários, a produção de executivos, a produção de médicos, a produção de funcionários para o Estado em seus diversos níveis, enquanto “agentes de enquadramento”, e assim sucessivamente.

Está claro, sob uma perspectiva marxista, que Bertaux salienta que o processo econômico, enquanto superestrutura, gera uma infraestrutura de desigualdades sociais e é nela que se dá a *distribuição antroponômica*, das pessoas em seus empregos, das famílias em seus lugares de classes.

A tese de Bertaux, portanto, é de que “o lugar principal da *produção antroponômica* é a família” (*Ibidem*, p.64). O que existe são “famílias de classe” – família burguesa, família executiva, família operária, família camponesa –, com identidades estruturadas segundo formas radicalmente diferentes, de acordo com a posição nas relações de classe. E, apesar de aparentar uma ordem social única para todos, porém, se diferencia nas categorias sociais que ela cria. E a ordem social exige que as famílias produzam o ser humano de acordo com suas condições de classe, como, formar indivíduos para o trabalho, formar líderes etc.

A hipótese que quero desenvolver aqui é a de que, se isso é assim – se em cada classe social as famílias produzem crianças, filhos ou filhas, que se tornam também membros dessa classe –, isso não se deve apenas – nem principalmente – aos efeitos das “instituições de distribuição”: o aparelho escolar, ou “a família” como meio mais ou menos “cultivado”; isso se deve, fundamentalmente, ao fato de que as crianças são *produzidas* de maneiras diferentes. Em outras palavras, não são crianças idênticas que o aparelho escolar distribui em suas diferentes fileiras, são crianças já diferenciadas, não no sentido de que seriam portadoras de um patrimônio mais ou menos cultivado, e sim porque elas já estão estruturadas de maneira diferentes, ao nível do que acima chamamos de estrutura profunda da personalidade (*Ibidem*, p.75).

Bertaux analisa, então, cada “tipo de família”, a família proprietária de capitais, a família camponesa e artesã, a família operário-burguesa ou família nuclear, a família diplomada, a família funcionária, a família do executivo privado,

enfim, demonstrando a *produção antroponômica* que se dá na sociedade, quando os filhos acabam, “naturalmente”, seguindo a mesma formação dos pais.

Outro ponto importante para Bertaux (1979) é a perspectiva histórica. O olhar para o passado também possibilita entender esta estrutura profunda da sociedade de classes francesa, em suas relações de produção e distribuição, relações de produção senhorial, hierarquias, clero, auto clero, nobres, camponeses, aristocracia fundiária, a descendência, regras da sucessão, burguesia comercial e industrial, a burguesia de Estado, o casamento, etc.

Salienta Bertaux, por exemplo, que entre a nobreza e burguesia, “as relações de solidariedade entre membros do mesmo grupo de linhagem, de uma mesma linhagem, podem ser utilizadas ‘para a conquista de vantagens sociais’” (*Ibidem*, p.145). E, tais relações passam pelas relações familiares e passam pelo casamento.

O papel das relações é, *primeiramente*, o papel das relações *familiares*: a família – e sobretudo a linhagem – é a unidade primária de solidariedade. Daí a importância do *casamento*, que pode ser a ocasião seja de aumentar a força da linhagem, seja ao contrário, deixando escapar essa ocasião, de terminar por enfraquecê-la frente à concorrência de outros grupos de linhagem. Aliar-se a uma nova linhagem é ter acesso à rede de relações constituídas por essa linhagem; os meios de ação social de que dispõe *cada uma* das duas linhagens são reciprocamente acrescidos (*Ibidem*, p.145).

Bertaux cita, então, o historiador francês Roland Mousnier (1907-1993), para demonstrar a importância do casamento:

“Quem se casava esposava de fato não uma mulher, mas a situação social de seu pai, ou melhor, a situação social da linhagem. É isso que explica a resposta desse cavalheiro que devia esposar uma parenta de Richelieu. Algum tempo depois do acordo, o cardeal foi lhe dizer que lhe propunha a mais nova. Eu aceito, respondeu em resumo o cavalheiro, a moça não me importa muito: ‘É a Vossa Eminência que esposo’” (Roland Mousnier, *in*: Bertaux, 1979, p.146-147).

É a eficácia social das redes de relações e não só a sua eficácia para este ou aquele indivíduo ou esta ou aquela linhagem. Essas redes constituem “clubes de fato” fechados aos não membros e em cujo interior circulam riquezas sociais ou, principalmente, os meios de acesso às riquezas sociais (*Ibidem*, p.147). Eis a *distribuição antroponômica* e todo casamento é obra de relações *antroponômicas*, isto é, “produzem-se filhos” para se casarem com “seus pares”.

Da mesma forma, o proletariado francês pode ser entendido a partir da perspectiva histórica, da continuidade e da nula mobilidade social. “Desejávamos estudar a formação inicial do proletariado industrial, e ficou evidente que esse

proletariado se constituiu em sua grande maioria de camponeses desenraizados, de *famílias inteiras de camponeses desenraizados*” (*Ibidem*, p.199). Desenraizamento que se deu pela violência, pelo monopólio comercial, e “em todos os lugares, formava-se nessa época um *proletariado hereditário*”, tratava-se de uma proletarização, daí, reforçando a evidência da falsidade do conceito de “mobilidade social”, de que se passa de um setor primário, para o secundário etc., como se fossem as histórias dos *self-made men*. Tudo se refere a um processo de proletarização. E ainda, de um “proletariado industrial hereditário” (*Ibidem*, p.203). “No entanto, existe um núcleo estável, composto de famílias nas quais homens e mulheres são operários e operárias desde várias gerações” (*Ibidem*, p.203) e repassam esta mesma condição aos seus descendentes. É a árvore genealógica dos operários, de geração em geração, de linhagens operárias, na classe operária, mas que não é um processo “natural”, mas o efeito de uma *política*: “política de fixação de linhagens proletarizantes na condição operária” (*Ibidem*, p.203). Eis, a política de classe dominante e, ainda, política de Estado. Daí o significado do subtítulo do livro de Bertaux (1979): *Para uma crítica da Antroponomia Política*.

Bertaux amplia sua reflexão estudando a “oligarquia financeira” francesa. O autor utiliza da *árvore genealógica* dos grupos políticos e empresariais franceses como metodologia fundamental no processo de conhecimento da oligarquia; daí a dinâmica e importância, por exemplo, do casamento estratégico, tanto para incorporar novos membros, como para reforçar laços dentro da oligarquia e, isto tudo, calcados em estudos empíricos. Mesmo os “novos ricos”, “não é uma questão de cultura, como se acredita, mas uma questão de integração social pelo casamento. E o verdadeiro signo de ascensão social não reside no número de zeros da conta bancária, mas nos laços familiares” (*Ibidem*, p.291). Seria o chamado recrutamento de genros/noras, na qual Bertaux cita inúmeros exemplos nas dinastias familiares francesas.

Frente a essa breve apresentação de algumas ideias de Daniel Bertaux, no próximo item, busca-se, de forma empírica, destacar dois casos de atuais deputados estaduais paranaenses, que são membros de famílias históricas, que ao longo de gerações continuam ocupando cargos políticos e, portanto, são frutos de uma produção e distribuição antroponômica para a política.

A produção antroponômica na política: casos no Paraná

Os dois deputados estaduais a serem analisados são Plauto Miró Guimarães Filho e seu sobrinho Bernardo Ribas Carli. Destaca-se, nas biografias publicadas pelos *sites* dos dois políticos analisados, que, desde a infância a política era algo que a família vivia plenamente e passava para seus descendentes. Acompanhava-se o pai ou o avô (ainda a predominância do gênero masculino) nas atividades públicas, nos comícios, nos eventos públicos e privados. Logo, consegue-se o primeiro emprego em uma repartição pública, graças a um político da família e, assim, a *produção antroponômica* se dava de forma eficaz.

Deputado estadual do Paraná (2015-2018) – Plauto Miró Guimarães Filho

No site pessoal do deputado estadual paranaense Plauto Miró², em sua biografia, traz informações importantes para se detectar a *produção antroponômica*, dada pela sua família, para que descendentes continuem os mesmos “passos” de seus antepassados. Plauto Miró cita a importância do avô e do pai como referências para sua carreira política. Quem foram eles?

Seu avô, Flávio Carvalho Guimarães, formado em Direito em São Paulo em 1916, exerceu a função de advogado, professor e ingressou na política, na qual foi Secretário da Fazenda do Paraná, no governo de Manoel Ribas (1932/1945), que era seu primo, pelo lado materno (NEGRÃO, 1946, p.286-287). Flávio foi eleito Senador, entre 1935/1937 e 1946/1955, além de outros cargos públicos, como diretor da Caixa Econômica Federal e faleceu em 1968. Flávio casou com Anita Baptista Miró, filha de José Miró de Freitas e Anna Baptista Rosa Miró (*Ibidem*, p.152).

Por ocasião do falecimento do ex-senador Flávio Carvalho Guimarães o jornal *Diário do Paraná* (Curitiba, 11/12/1968) publica pequena nota biográfica e destaca, ao final, os três filhos do casal Flávio e Anita Miró: o engenheiro José Theodoro Miró Guimarães, secretário do Estado e Ministro do Tribunal de Contas do Paraná pós 1969, casado com Flora Ericksen Guimarães; Eunice Miró Guimarães Cordeiro, casada com o general e médico do exército Durval Cordeiro; o advogado Plauto Miró

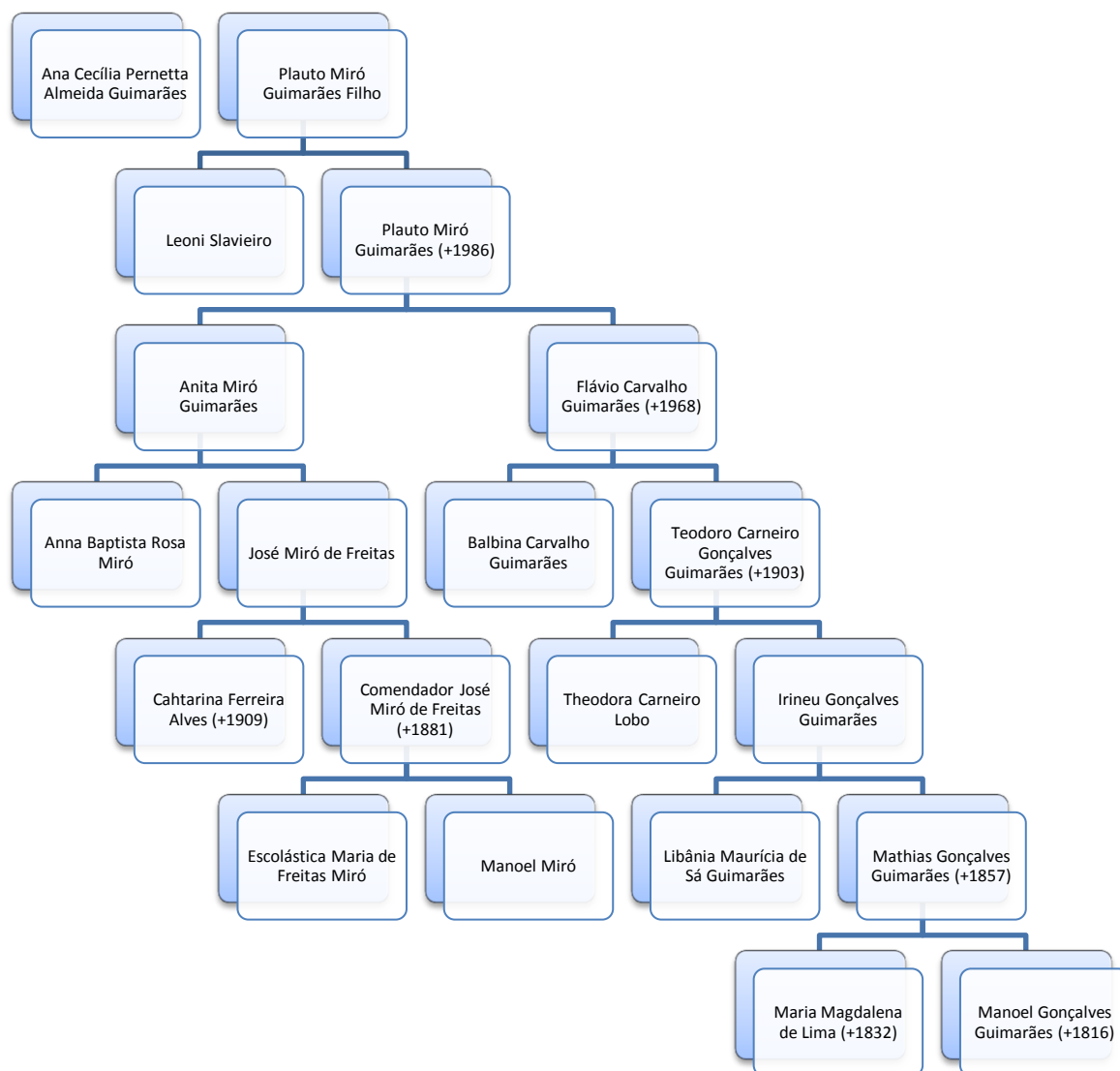
² Deputado Plauto Miró – Sobre o Deputado. Disponível em: <http://plauto.com.br/sobre-o-deputado>. Acesso em 07/05/2017.

Guimarães, prefeito municipal, casado com Leoni Slavieiro. Portanto, os filhos de Flávio e Anita eram, também, ativos na política e causas públicas.

Seu pai, Plauto Miró Guimarães, formado em Direito, foi Secretário de Negócios do Interior e Justiça, no primeiro governo de Ney Braga (1961/1965), vereador e depois nomeado prefeito de Ponta Grossa, entre 1966 a 1969. Concorreu nas eleições para Prefeito em 1972 e 1982, mas não foi eleito. Faleceu em 1986³.

Mas, observando a genealogia de Plauto Miró é possível ainda perceber muito outros membros de sua família que atuaram na política e em cargos públicos.

Quadro 1 – Genealogia de Plauto Miró Guimarães Filho



Fonte: NEGRÃO, 1946; OLIVEIRA, 2012; ALVES, 2015; GOULART, 2016.

³ Prefeitos da História de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/prefeitos>. Acesso em 07/05/2017.

Enfim, é uma genealogia pública e visível.

Eis mais alguns detalhes sobre a *produção antroponômica* desta ampla genealogia familiar, para a política. Iniciando por *Maria Magdalena de Lima* que era descendente da família de Domingos Cardoso Lima, com testamento feito em Paranaguá em 24/02/1781, “possuidor de abundantes minas de ouro em Morretes e Anhaya bem como de grandes cabedais” (NEGRÃO, 1946, p.37-38). *Maria Magdalena* casou com o português *Manoel Gonçalves Guimarães*, que fez grande fortuna na região sul de São Paulo, com sesmarias, sendo que uma se transformou na grande fazenda Santa Cruz⁴; além de negócios no litoral e nos Campos Gerais, e por extrair pedras preciosas e ouro na região de Tibagy ilegalmente foi levado a Portugal e julgado, mas volta ao Brasil, sendo eleito vereador em Castro e eleitor em Curitiba, no final do século XVIII e início do século XIX (NEGRÃO, 1946, p.86; *Jornal Gazeta Paranaense, Curitiba, 26/09/1886*).

Seus filhos de sobrenome Gonçalves Guimarães foram importantes políticos no século XIX, tanto na região dos Campos Gerais, em Curitiba e no litoral, tanto como vereadores e juizes de paz, como deputados e senador pelo Paraná. No litoral a particularidade é de que *Manoel Gonçalves Guimarães* teve um filho com outra mulher chamada Mariana Luiza Soares, dando origem aos Guimarães no litoral, com Joaquim Antonio Guimarães, que se casa em Paranaguá com Ana Maria da Luz, de tradicional família local. O casal teve dois filhos, Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar e o comendador Joaquim Américo Guimarães (NEGRÃO, 1946, p.154).

Quadro 2 – Alguns membros da família de Manoel Gonçalves Guimarães na política no século XIX

Família de Manoel Gonçalves Guimarães e Maria Magdalena de Lima	
Filhos	Parentes
Anna Ubaldina Guimarães	Esposa do Senador João da Silva Machado, barão de Antonina
Mathias Gonçalves Guimarães, vereador em Curitiba	Pai do deputado provincial Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães
José Gonçalves Guimarães	Sogro do deputado provincial Francisco de Paula Ferreira Ribas
Francisca de Paula Guimarães (Senhora do Carambeí)	Esposa do deputado provincial José Joaquim Marques de Souza
Joaquim Gonçalves Guimarães, presidente da Câmara de Curitiba, falecido em 1850	Solteiro

⁴ Sobre a fazenda Santa Cruz e a riqueza material e imaterial do casal Manoel Gonçalves Guimarães e Maria Magdalena de Lima, conferir o artigo de Miriam HARTUNG (2005).

Manoel Gonçalves Guimarães e Mariana Luiza Soares, no litoral do Paraná	
Filho Joaquim Antonio Guimarães	Parentes Pai de Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nacar, que foi vereador e juiz de paz em Paranaguá, deputado provincial e vice-presidente da Província do Paraná e deputado geral.

Fonte: ALVES, 2015; NEGRÃO, 1946;

Em relação a Mathias Gonçalves Guimarães, tetravô/tataravô do deputado Plauto Miró Guimarães Filho, é importante destacar seu casamento com a tradicional família Sá Ribas de Curitiba. Mathias casou em Curitiba, a 14/04/1812, com Libânia Maurícia de Sá Ribas, descendente da família Ribas. Libânia é filha do capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas e Joaquina Francisca da Purificação Ribas. Lourenço Pinto é neto do capitão mor Lourenço Ribeiro de Andrade irmão do capitão Miguel Ribeiro Ribas, bisneto de Lourenço de Andrade, “que logo após a fundação da Vila de Curitiba em 1693, apareceu figurando nos cargos da República. Veio para Curitiba em 1699, já casado com [Maria] Izabel Rodrigues Seixas, ele falecido em 18/02/1733 e ela em 15/03/1744” (NEGRÃO, 1928, p.187). Lourenço de Andrade era genro de João Rodrigues Seixas, como se verá na genealogia da família do deputado estadual Bernardo Ribas Carli.

Aqui se tem o que o sociólogo Ricardo Costa de Oliveira chama de “costura genealógica”, isto é, as mesmas famílias políticas citadas, muitas vezes, se entrecruzam ao longo da história, são parentes entre si por ancestrais comuns, voltam a se casar, com novos arranjos familiares e em novos contextos históricos.

A família Sá Ribas teve ao longo dos séculos XVIII e XIX em Curitiba, importantes cargos públicos e políticos. Portanto, aconteceu uma união estratégica entre duas famílias [Guimarães – dos Campos Gerais e Ribas – de Curitiba], com o casamento de Mathias e Libânia. Mathias foi, também, vereador em Curitiba. Um dos filhos desse casal, Dr. José Mathias Gonçalves Guimarães, foi um dos mais destacados políticos paranaenses no século XIX, e casou com sua “prima” Delphica Guimarães, filha de Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nacar (os dois, José Mathias e Manoel Antonio Guimarães, eram netos de Manoel Gonçalves Guimarães), reafirmando a ligação entre os Guimarães do litoral com os Guimarães do planalto curitibano.

Da família Sá Ribas, no século XIX, dois irmãos de Libânia foram deputados provinciais, José Lourenço de Sá Ribas e Joaquim Lourenço de Sá Ribas, além de mais três cunhados, Manoel Antonio Ferreira, Manoel de Oliveira Franco e Joaquim

Ignácio Silveira da Motta, ampliando de forma considerável o poder político dessa família. Afinal, todos foram importantes políticos paranaenses.

As ligações familiares, também, ampliam o patrimônio econômico de muitos de seus membros, como foi o casamento entre o trisavô de Plauto Miró, Irineu Gonçalves Guimarães com a trisavó Theodora Carneiro Lobo. Ela era descendente dos “proprietários dos latifúndios em Caxambu e no Vorá”, região dos Campos Gerais (NEGRÃO, 1946, p.151). Irineu casou em segundas núpcias com Porcina Borges, também de influente família dos Campos Gerais.

E, sobre os bisavós de Plauto Miró, Teodoro Carneiro Gonçalves Guimarães e Balbina Carvalho Guimarães. Teodoro foi vereador e juiz de paz em Ponta Grossa, na época do Império e na República assumiu interinamente como prefeito em 1895. Já Balbina Carvalho era descendente do “Tronco Pereira Branco” (NEGRÃO, 1950, p.283-287). Dessa família, no século XX, tem-se, entre muitos outros, os políticos, o filho, senador Dr. Flávio Carvalho Guimarães, avô de Plauto Miró. E da filha Maria Eugênia Guimarães Pinheiro, casada com Brasil Pinheiro Machado, foram pais do político Dr. Brasil Pinheiro Machado (NEGRÃO, 1946, p.152-153). Dr. Brasil Pinheiro Machado, sobrinho do senador Flávio Carvalho Guimarães, foi nomeado prefeito de Ponta Grossa, eleito deputado estadual e foi interventor do Paraná em 1946, além de deputado federal, conselheiro do Tribunal de Contas, professor universitário e escritor (CORDOVA, 2016, p.145-147). Outro importante político paranaense dessa família e do período das décadas de 1930/40, pós revolução, foi Manoel Ribas, interventor e governador do Paraná entre 1932 a 1945, nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas. Manoel Ribas era filho de Pureza Maria da Conceição Ribas [Pureza de Carvalho Ribas] e do comendador Augusto Lustoza de Andrade Ribas. Pureza Maria era irmã de Balbina Carvalho Guimarães (NEGRÃO, 1950, p.285-287). Dr. Flávio e Manoel Ribas eram primos, sendo que o Dr. Flávio trabalhou no governo de Manoel Ribas, como visto acima. E o pai de Manoel Ribas foi deputado provincial do Paraná e o avô foi o brigadeiro Manoel Ferreira Ribas, “um dos mais prestigiosos chefes políticos do interior do Paraná” (NEGRÃO, 1927, p.249). Enfim, novamente uma “costura genealógica”, entre os Ribas e os Guimarães.

Portanto, a família Guimarães – e as demais famílias que por vínculo de casamento a ela se integraram – foram muito influentes e ativas politicamente, sendo possível identificar neles um verdadeiro “clã familiar e político”, como diria

Oliveira Viana, e uma *produção e distribuição antroponômica* de seus membros para a política.

E, ainda, destaca-se a atuação política da família da avó Anita Miró, desde o século XIX. O patriarca Manoel Miró, de origem espanhola, da Catalunha, foi importante industrial da erva-mate no litoral paranaense. Casou com Escolástica Maria de Freitas Miró (NEGRÃO, 1946, p.46). Seus filhos também foram importantes comerciantes e produtores da erva-mate e se tornaram líderes políticos locais. Por exemplo, seu filho, comendador José Miró de Freitas foi político em Morretes e chegou a deputado provincial. Outro irmão, Manoel Miró (mesmo nome do pai), casou com Irmã Guimarães Miró, filha do Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar, sendo, muitas vezes eleito vereador em Paranaguá e aliado de seu sogro e importante comerciante e industrial da erva-mate (ALVES, 2015). Aqui, a importância da ligação da família Miró com a família Guimarães, também no século XIX.

O bisavô José Miró de Freitas passa a residir na região dos Campos Gerais, como fazendeiro; na cidade de Ponta Grossa foi nomeado para cargos públicos, vereador e presidente do PSD (Partido Social Democrático) na década de 1930, presidente do Operário Ferroviário Esporte Clube, e destacava-se, posteriormente, como sogro do senador Flávio Carvalho de Guimarães, que também era membro do PSD.

Portanto, a política era algo do dia a dia da família Miró Guimarães há gerações, ou mais, há séculos, tendo como consequência a *produção antroponômica* para a política de seus membros. E, um trabalho ainda a se fazer, é mapear todos os políticos dessa ampla rede genealógica Guimarães.

E Plauto confirma a importância da família e política na sua vida no seu site pessoal.

Mesmo depois de se distanciar de disputas eleitorais [provavelmente referindo-se ao seu pai que não venceu as eleições para Prefeito em Ponta Grossa em 1982], a política estava presente nas conversas dentro de casa. O assunto era instigante e por isso, na minha adolescência comecei a participar de movimentos políticos [provavelmente entre 1975/1983], contrariando a vontade da minha família que a essa altura não queria mais envolvimento direto com a vida pública⁵.

⁵ Deputado Plauto Miró – Sobre o deputado. Disponível em: <http://plauto.com.br/sobre-o-deputado>. Acesso em 07/05/2017.

Ao se candidatar a deputado estadual nas eleições de 1990, pelo PFL (Partido da Frente Liberal – sigla que existiu entre os anos de 1985 a 2007, depois, modificada para DEM – Democratas), foi o mais votado da cidade de Ponta Grossa. Plauto Miró, atualmente, está em seu sétimo mandato consecutivo como deputado estadual do Paraná, ainda no mesmo partido político, o DEM. É o atual 1º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná em 2017, função que ocupa pela terceira vez.

Deputado estadual do Paraná (2015-2018) – Bernardo Ribas Carli

Da mesma forma, o sobrinho de Plauto Miró Guimarães Filho, o deputado estadual do Paraná, Bernardo Ribas Carli, eleito pela primeira vez em 2010, com 24 anos, e reeleito em 2014, destaca em sua breve apresentação em seu site parlamentar, a importância da família na sua carreira política.

[Bernardo] Começou a aprender sobre política ainda pequeno, convivendo com seu pai, Fernando Ribas Carli, que foi Prefeito de Guarapuava por três mandatos, Deputado Federal, Deputado Estadual e Chefe da Casa Civil do Paraná [Governo de Jayme Lerner, 1995-2003]. Bernardo acompanhava Fernando em alguns eventos e, em casa, ouvia sobre o ato de governar e proporcionar oportunidades melhores para milhares de pessoas através do trabalho público. Foi assim que, vislumbrando um futuro melhor para a sua gente, lhe despertou o desejo de trabalhar pelo povo⁶.

Como visto, Bernardo destaca o papel decisivo de seu pai⁷ como influência em sua vida política. Porém, a *produção antroponômica* é bem mais ampla do que apenas o pai. Antes de Bernardo, o irmão Luís Fernando Ribas Carli Filho foi eleito deputado estadual em 2006, quando tinha apenas 23 anos. Bernardo trabalhou no gabinete do irmão, provavelmente, sendo seu primeiro emprego⁸.

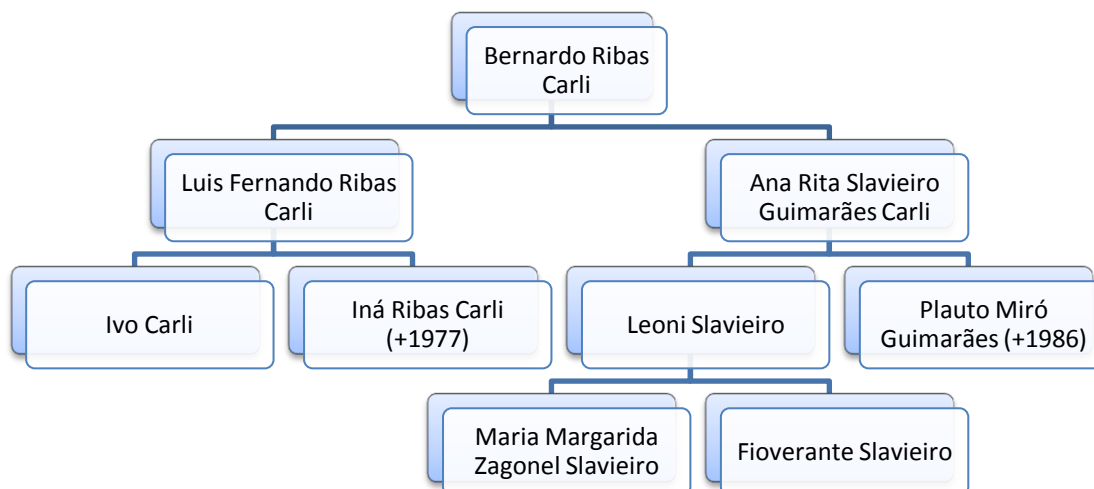
Mas, também, como visto, existe o papel fundamental de sua mãe, Ana Rita Slavieiro Guimarães Carli, irmã do deputado provincial Plauto Miró Guimarães Filho, descendentes de uma ampla família política no Paraná, como já visto.

⁶ Deputado estadual Bernardo Ribas Carli. Disponível em: <http://www.bernardoribascarli.com.br/perfil/>. Acesso em 07/05/2017.

⁷ Para saber mais sobre Luís Fernando Ribas Carli: *O Império Ribas Carli* (Gazeta do Povo, Curitiba, 12/12/2009, por Katia Brembatti). Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-imperio-ribas-carli-c1kmpr5uwyc9g0hae35nrivi>. Acesso em 07/05/2017.

⁸ Sobre Bernardo Ribas Carli: *Família Carli já prepara novo herdeiro político* (Gazeta do Povo, Curitiba, 12/12/2009, por Katia Brembatti). Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/familia-carli-ja-prepara-novo-herdeiro-politico-c1k2ijajt6pxx6gpk14ixqm>. Acesso em 07/05/2017.

Quadro 3 – Genealogia de Bernardo Ribas Carli (imigração italiana)



Fontes: GOULART, 2016; Luís Fernando Ribas Carli: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-ribas-carli>. Acesso em 27/05/2017.

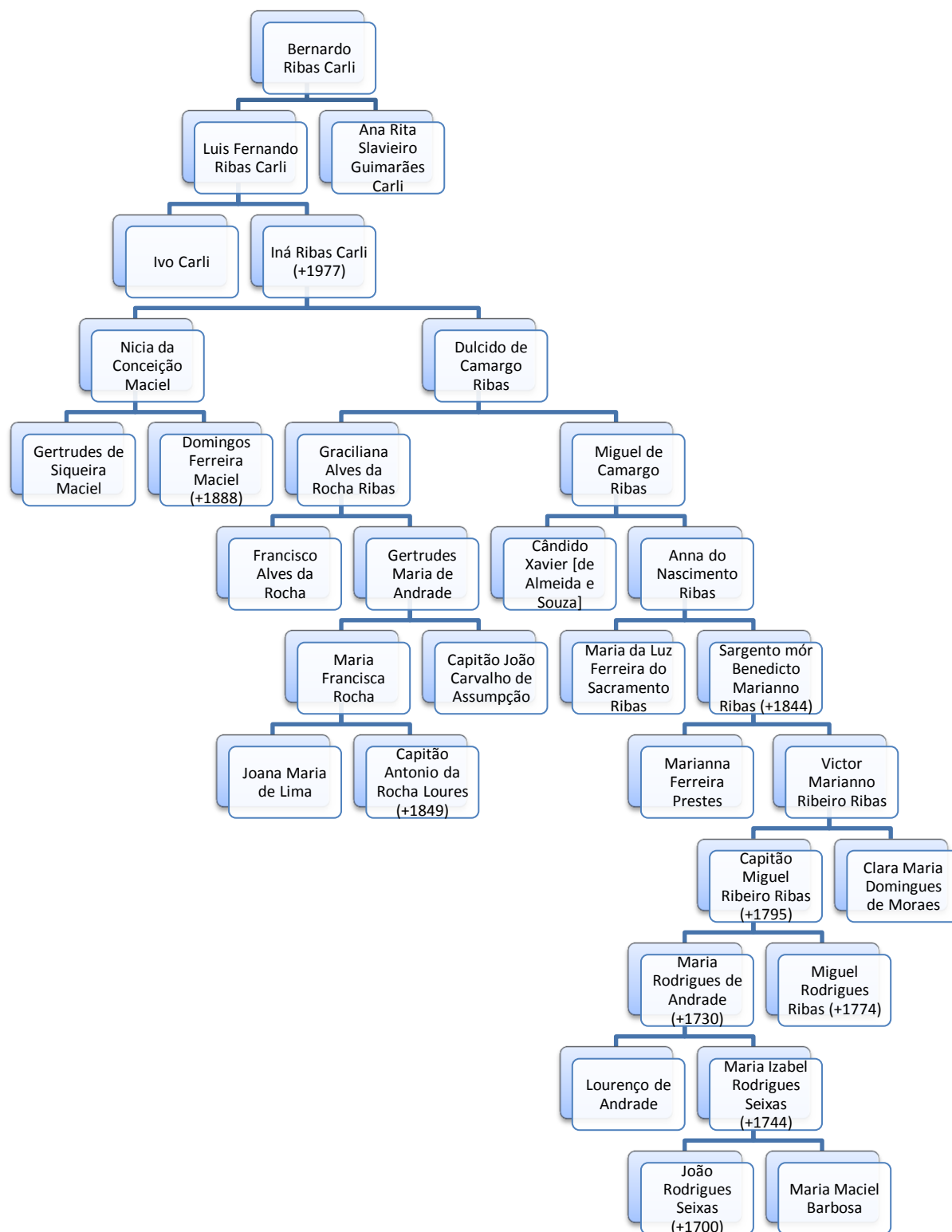
Nessa rede genealógica destacam-se famílias da nova imigração europeia para o Brasil, do final do século XIX e início do século XX, que se tornaram economicamente ascendentes, como a Slavieiro e Zagonel, de origem italiana. Fioravante Slavieiro e Maria Margarida Zagonel Slavieiro formaram um importante complexo empresarial com atuação em vários setores e que seus filhos deram continuidade (GOULART, 2016). O casamento entre uma família tradicional, os Miró Guimarães, [Plauto Miró Guimarães, político e agropecuarista] com a família imigrante ascendente economicamente, os Zagonel Slavieiro [Leoni Slavieiro, do ramo econômico de madeiras e com fazendas; depois, o grupo foi diversificando suas atividades, como no setor de importação e vendas de veículos automotores], demonstram novas dinâmicas para se entender sobre a formação de políticos.

A filha de Plauto e Leoni, Ana Rita Slavieiro Guimarães casa com Luís Fernando Ribas Carli da cidade de Guarapuava. Luís Fernando é filho de Ivo Carli e Iná Ribas⁹. Por parte do pai, sua descendência é italiana, dessa nova imigração, como o caso de sua sogra Leoni Slavieiro.

Entretanto, é a árvore genealógica da mãe de Luís Fernando, Iná Ribas, pertencente a tradicional família Ribas, que chama a atenção. E eis, novamente, a “costura genealógica” entre um Guimarães e um Ribas.

⁹ Luís Fernando Ribas Carli. FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-ribas-carli>. Acesso em 27/05/2017.

Quadro 4 – Genealogia de Bernardo Ribas Carli (Família Ribas)



Fontes: NEGRÃO, 1926; NEGRÃO, 1927; NEGRÃO, 1928; OLIVEIRA, 2012; GOULART, 2016; Família Ribas. Genealogia. Disponível em: <http://www4.netpar.com.br/doubusse/Ribas.htm>. Acesso em 01/06/2017.

Enfim, é uma genealogia pública e visível.

Em entrevista a Solange Fiuza (2016), Luís Fernando Ribas Carli fala de sua família:

“[...] minha mãe é descendente desse pessoal [referindo-se aos colonizadores de Guarapuava]. A família de meu pai é que chegou mais tarde, meu avô paterno era italiano. A família do meu pai chegou em Guarapuava em 1918, meu pai tinha 4 ou 5 anos de idade. Agora, a família da minha mãe é toda daqui. Atrás desse Ribas está Siqueira, Ferreira Maciel, Rocha Loures, Alves. São as famílias ligadas. Ribas é da minha mãe e o Carli do meu pai” (entrevista concedida à Solange Fiuza em 13/11/2014, *in*: FIUZA, 2016, p.155).

A genealogia de Bernardo Ribas Carli, a partir de sua avó Iná Ribas Carli, demonstra a afirmação de Luís Fernando Ribas Carli, de que ela pertencia às tradicionais famílias que colonizaram a região de Guarapuava, formando uma intrincada rede de casamentos.

Portanto, o pai do deputado Bernardo, Luís Fernando Ribas Carli, também é fruto da *produção antroponômica* para a política, por parte da mãe Iná Ribas Carli, uma vez que, seus antepassados organizaram e comandaram, também, a política local.

Os pais de Iná Ribas foram Nícia Conceição Maciel e Dulcídio de Camargo Ribas.

A família de Nícia, natural de Guarapuava, era Siqueira e Ferreira Maciel. O pai de Nícia, Domingos Ferreira Maciel foi Deputado Provincial do Paraná, na legislatura de 1884/85. Domingos nasceu em Palmeira, mas foi, na época das primeiras expedições colonizadoras dos campos de Guarapuava, para a região onde passou a possuir grande extensão de terras conhecidas como “Sobrado” e dedicou-se a indústria pastoril¹⁰. Três filhos de Domingos Ferreira Maciel e Gertrudes de Siqueira Maciel casaram-se com os filhos de Graciliana Alves da Rocha Ribas e Miguel de Camargo Ribas (NEGRÃO, 1926, p.465).

O pai de Iná Ribas Carli foi Dulcídio de Camargo Ribas, filho de Graciliana Alves da Rocha Ribas e Miguel de Camargo Ribas.

Graciliana era natural de Guarapuava, tendo ao todo doze irmãos que se casaram com importantes famílias da região. Uma das famílias nessa genealogia é a do capitão Antonio da Rocha Loures (NEGRÃO, 1926, p.458), português, da qual era proprietário em São José dos Pinhais, vila próxima de Curitiba, e que também foi

¹⁰ Biografia: Domingos Ferreira Maciel. Disponível em: <http://www.felipebrugg.com/2016/01/biografia-domingos-ferreira-maciel.html>. Acesso em 11/06/2017.

para a região de Guarapuava no início do século XIX, possuindo terras, ocupando cargos públicos e sendo um sobrenome que se mantém ativo ao longo de gerações (VANALI e CRUZ, 2016), como os Guimarães e Ribas discutidos neste texto. Destaca-se, no século XIX, entre tantos outros, o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, irmão de Maria Francisca da Rocha, que foi, ainda, deputado provincial do Paraná em 1861 e 1862/63 (ALVES, 2015, p.439).

Por parte do avô de Iná Ribas Carli, Miguel de Camargo Ribas, tem-se a permanência do sobrenome Ribas.

Miguel de Camargo Ribas era natural de Ponta Grossa, filho de Anna do Nascimento Ribas [ou Anna Benedita do Sacramento Ribas] e Cândido Xavier [de Almeida e Souza]¹¹. Pelo que se percebe é o nome da mãe, Ribas, que perdura e não o do pai. Outro ponto seria a ida de Miguel para a região de Guarapuava, onde se casou com Graciliana, também de tradicional família.

Anna do Nascimento Ribas tinha treze irmãos, filhos do sargento mór Benedicto Marianno Ribas e Maria da Luz Ferreira do Sacramento Ribas, entre eles o brigadeiro Manoel Ferreira Ribas [já citado, avô do interventor do Paraná na década de 1930, Manoel Ferreira Ribas] casado com Francisca Leocádia Lustoza de Andrade, natural de Curitiba, filha do coronel Ricardo Lustoza de Andrade, Oficial da Ordem da Rosa e de sua mulher Francisca das Chagas Silva Carrão. Outras famílias vão acrescentando essa ampla genealogia, através dos casamentos dos filhos do sargento mor. São elas: Macedo, Almeida Taques, Macedo Taques, Amaral Gurgel, Correia, Pinho Mourão, entre outros¹².

A família Ribas em Curitiba tem sua origem com o capitão Miguel Rodrigues Ribas, natural de Villa Franca de Vianna, arcebispado de Braga, onde nasceu em 1694 e faleceu em Curitiba, a 15/11/1774. Em Curitiba exerceu inúmeros cargos de Governança entre os quais o de Juiz de Órfãos (NEGRÃO, 1927, p.367; INSSA, 2000).

O casamento do português Miguel Rodrigues Ribas com Maria Rodrigues de Andrade fez dele genro de Lourenço de Andrade e Maria Izabel Rodrigues Seixas. Maria Izabel era filha de João Rodrigues Seixas, natural da Vila de Vianna, Portugal, que ao vir ao Brasil, esteve em Cananéia, depois, veio a Curitiba, quando foi criada

¹¹ Família Ribas. Disponível em: <http://www4.netpar.com.br/doubusse/Ribas.htm>. Acesso em 01/06/2017.

¹² Família Ribas. Disponível em: <http://www4.netpar.com.br/doubusse/Ribas.htm>. Acesso em 01/06/2017.

a Justiça e o Governo da vila, em 29/03/1693, na qual João Rodrigues Seixas foi nomeado para o lugar de Escrivão da Câmara, servindo nesse cargo até sua morte, ocorrida em Curitiba, a 13/04/1700 (NEGRÃO, 1927, p.92). Da mesma forma, como visto, seu genro Lourenço de Andrade também atuou na Governança de Curitiba.

Os filhos de Miguel Rodrigues Ribas e Maria Rodrigues de Andrade também exerceram importantes funções públicas em Curitiba. Foram eles, Miguel Ribeiro Ribas, da qual descende o Ribas, do deputado Bernardo Ribas Carli, e o Capitão mor Lourenço Ribeiro de Andrade, da qual descende o Ribas, do deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Eis a “costura genealógica”.

Portanto, a família Ribas foi atuante na vida pública de Curitiba e depois se espalhando para as demais vilas e cidades do atual estado do Paraná.

Considerações Finais

Enfim, eis dois exemplos da *produção antroponômica* de políticos através de suas famílias, atualmente os deputados estaduais do Paraná, Plauto Miró Guimarães Filho e de seu sobrinho Bernardo Ribas Carli. Tio e sobrinho atuando na Assembleia Legislativa do Paraná, um representante da região dos Campos Gerais, Ponta Grossa e o outro, da região central do estado, Guarapuava.

A *produção e distribuição antroponômica* dada pela família são determinantes na construção da “carreira política”, como visto nos dois casos acima. Os pais são herdeiros de um capital político, conversam sobre política, discutem sobre questões públicas em casa, trabalham em órgãos públicos, disputam eleições e, como se naturalmente, encaminham os seus filhos para ocuparem cargos públicos; além disso, são ativos economicamente (para os dois exemplos acima, o poder econômico faz parte de suas atividades diárias); e, ainda, a estratégia do casamento é essencial na perpetuação do vínculo entre propriedade e linhagem, afinal, para Bertaux (1979), todo casamento também é obra de relações *antroponômicas*, e se possível, portanto, devem ser controladas pelos pais, inclusive para incorporar novos membros, como o dos imigrantes ascendentes economicamente. Bertaux e Thompson (2007), mesmo para o século XXI, quando se discute um “fim da família”, chamam a atenção para o fato da importância do fenômeno da “transmissão” dada por essa instituição social.

Ricardo Costa de Oliveira (2012) destaca, então, “62 famílias de poder contemporâneo no Paraná”. Isso demonstra que a pesquisa poderia ser ampliada de forma substantiva para o caso de muitas outras famílias políticas no Paraná. São elas: família Richa, Requião de Mello e Silva, Lerner, Dias, Curi, Sotto Maior, Camargo, **Guimarães**, Barros, Belinati, Mattos Leão, Silvestri, **Ribas Carli**, Moreira Rodrigues, Rossoni, Justus, Macedo, Portes, Name, Abib, Anibelli, Lupion, Pessuti, Stephanes, Brandão, Braga, Dirceu Oliveira e Silva, Vanhoni, Carvalho, César, Almeida, Pimentel, Rüppel, Iatauro, Martins de Oliveira, Tureck, Bueno (de Cascavel), Bueno, Fruet, Crisóstomo da Silva, Delazari, Guimarães (de Cianorte), Rocha Loures, Arns, Nogueira Soares, Campelo, Maron, Derosso, Leprevost, Moura, Isfer, Vidal, Rischbieter, Schulman, Dal Prá, Massa (Ratinho), Cruz de Oliveira, Carvalho, Silva, Passos, Stica, Verri, Holleben de Mello (OLIVEIRA, 2012, p.222-239, grifo nosso).

O que essas famílias têm em comum? Mais de um membro da família atua ativamente na política ou em cargos públicos, por vezes, “herdando” o posto da atuação de um pai, mãe, avô, avó, sogro, sogra ou parente. Além de gerações passadas já terem atuado na política, como demonstrado pelas genealogias dos deputados estaduais Plauto Miró Guimarães Filho e Bernardo Ribas Carli e sendo que os mesmos reconhecem a centralidade da atuação política de seus parentes mais próximos. Mas, o processo de “transmissão” política envolve gerações. Daí a necessidade da consulta às suas genealogias.

Enfim, refletir sobre a democracia brasileira pelo viés da família é, certamente, ainda de suma importância, pois é através dela que se consolida um primeiro espaço de reflexão e ação de seus membros para com a vida pública, aqui chamada de *produção e distribuição antroponômica*, como destacou Daniel Bertaux.

Referências Bibliográficas

ALVES, Alessandro Cavassin. (2015). **A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853 a 1889)**. A força política das famílias tradicionais. Curitiba: Máquina de Escrever.

BERTAUX, Daniel. (1979). **Destinos Pessoais e Estrutura de Classe. Para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2005). **Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica**. Barcelona: Edicions Bellaterra, S.L.

BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. (Editors). (2007a). **Between generations: family models, myths and memories**. Second printing. New Brunswick (USA) and London (UK): Transaction Publishers.

BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. (2007b). **Pathways to Social Class. A Qualitative Approach to Social Mobility**. New Brunswick (USA) and London (UK): Transaction Publishers.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. (2016). **Bento, Brasil e David. O discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Curitiba: Editora UFPR.

FIÚZA, Solange Cristina Rodrigues. (2016). **Famílias, poder e políticas sociais em Guarapuava-PR**. Tese em Serviço Social e Política Social. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000208713>. Acesso em 20/05/2017.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. (2016). Família Slavieiro: Uma história de grandes conquistas. In: **Revista NEP** (Núcleo de Estudos Paranaenses). Curitiba, v.2, n.2, p.720-734, maio. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/nep/article/view/47105/28244>. Acesso em 07/05/2017.

HARTUNG, Miriam. (2005). Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. In: **Topoi**, v.6, n.10, jan.-jun., pp.143-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n10/2237-101X-topoi-6-10-00143.pdf>. Acesso em 27/05/2017.

INSSA, Maria Helena Cordeiro. (2000). **Os louros de Lourenço: Genealogia e vida do Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799)**. Monografia, História. Curitiba: UFPR. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2000/maria_helena_cordeiro_inssa.pdf. Acesso em 05/06/2017.

NEGRÃO, Francisco. (1925). **Genealogia Paranaense**. Vol.1. Curitiba: Imprensa Paranaense.

_____. (1926). **Genealogia Paranaense**. Vol.2. Curitiba: Imprensa Paranaense.

_____. (1927). **Genealogia Paranaense**. Vol.3. Curitiba: Imprensa Paranaense.

_____. (1928). **Genealogia Paranaense**. Vol.3. Curitiba: Imprensa Paranaense.

_____. (1946). **Genealogia Paranaense**. Vol.5. Curitiba: Imprensa Paranaense.

_____. (1950). **Genealogia Paranaense**. Vol.6. Curitiba: Imprensa Paranaense.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2012). **Na Teia do Nepotismo**. Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba, PR: Insight.

VANALI, Ana Crhistina & CRUZ, Katiano Miguel. (2016). Um exemplo de “Old Money” no Paraná: A família Rocha Loures. **Revista NEP** (Núcleo de Estudos Paranaense). Curitiba, v.2, n.2, p.1-26, maio. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/nep/article/view/46979/28173>. Acesso em 11/06/2017.

SITES

Bernardo Ribas Carli. Deputado Estadual do Paraná. Disponível em: <http://www.bernardoribascarli.com.br/>. Acesso em 07/05/2017.

Biografia: Domingos Ferreira Maciel. Disponível em: <http://www.felipebrugg.com/2016/01/biografia-domingos-ferreira-maciel.html>. Acesso em 11/06/2017.

Família Carli já prepara novo herdeiro político (Gazeta do Povo, Curitiba, 12/12/2009, por Katia Brembatti). Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/familia-carli-ja-prepara-novo-herdeiro-politico-c1kl2ijajt6pxx6qpk114ixqm>. Acesso em 07/05/2017.

Família Ribas. Disponível em: <http://www4.netpar.com.br/doubusse/Ribas.htm>. Acesso em 01/06/2017.

Jornal Diário do Paraná, Curitiba, 11/12/1968. Disponível em: *Hemeroteca da Biblioteca Nacional:* <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> . Acesso em 07/05/2017.

Jornal Gazeta Paranaense, Curitiba, 26/09/1886. Disponível em: *Hemeroteca da Biblioteca Nacional:* <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> . Acesso em 07/05/2017.

Luis Fernando Ribas Carli. FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-ribas-carli>. Acesso em 27/05/2017.

O Império Ribas Carli (Gazeta do Povo, Curitiba, 12/12/2009, por Katia Brembatti). Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-imperio-ribas-carli-c1kmpr5uwyec9g0hae35nrivj>. Acesso em 07/05/2017.

Plauto Miró. Deputado Estadual do Paraná. Disponível em: <http://plauto.com.br/>. Acesso em 07/05/2017.

Prefeitos da História de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/prefeitos>. Acesso em 07/05/2017.